

Desafios do intérprete de Libras no processo de alfabetização do aluno surdo no contexto da Educação Básica regular

Challenges faced by Libras interpreters in the literacy process of deaf students in Regular Basic Education

KARINA AMANCIO DE SOUZA

Discente de Pedagogia (UNIPAM)

karinaas@unipam.edu.br

CAROLINA DA CUNHA REEDIJK

Professora orientadora (UNIPAM)

carol@unipam.edu.br

Resumo: O presente artigo teve o objetivo de identificar que desafios o tradutor/intérprete de Libras enfrenta no processo de alfabetização do aluno surdo no contexto da Educação básica regular. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, este estudo apresentou as seguintes questões: breve histórico sobre a alfabetização de surdos no Brasil; concepção científica de pessoas com surdez; práticas que contribuem para a alfabetização de surdos; importância do intérprete de Libras para a alfabetização de surdos, destacando desafios que esse profissional enfrenta em sua atuação pedagógica na Educação básica regular. Por meio de uma pesquisa de campo, realizada com a aplicação de um questionário a intérpretes que acompanham alunos surdos que estão nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os desafios enfrentados pelo intérprete de Libras na sua atuação no contexto da educação regular foram identificados, assim como o impacto desses desafios no processo de alfabetização do aluno surdo.

Palavras-chave: Libras; alfabetização; surdez; Educação.

Abstract: This study aimed to identify the challenges that Brazilian Sign Language (Libras) interpreters face in the literacy process of deaf students within the context of regular basic education. Through a bibliographic review, the study addressed the following topics: a brief history of deaf literacy in Brazil; scientific perspectives on deaf individuals; practices that support the literacy of deaf students; and the role of the Libras interpreter in this process, highlighting the pedagogical challenges encountered in regular basic education. Additionally, a field study was conducted through a questionnaire applied to interpreters who work with deaf students in the early years of elementary school. The research identified the main difficulties faced by these professionals in the regular education setting and examined how such challenges impact the literacy development of deaf students.

Keywords: Libras; literacy; deafness; Education.

1. INTRODUÇÃO

Educação inclusiva é um direito de todos os estudantes. Convivemos com pessoas com vivências diferentes e com características diversas: etnia, religião, cultura, classe social, comportamento psicológico, entre outras. O estudante surdo, em específico, também tem o direito de ter acesso à educação inclusiva, que é garantida pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que no capítulo IV, no Art. 27, destaca:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

A Libras, Língua Brasileira de Sinais, é uma das formas pela qual o surdo se comunica, sendo “reconhecida como meio legal de comunicação e expressão” (Brasil, 2002). Para que essa comunicação aconteça no contexto escolar, é necessário que haja profissionais capacitados. A LBI, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu capítulo IV, aborda a “formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio” (Brasil, 2015). Porém, para o cumprimento dessa lei, vários desafios são ou estão sendo enfrentados pelas instituições escolares, como a necessidade de intérprete, a formação do intérprete, a permanência do intérprete na instituição, a relação intérprete/saber/aluno¹, entre outros. A falta desses profissionais no mercado afeta diretamente na inclusão, tornando-se uma preocupação não só da coordenadora do Programa de Acessibilidade da Derdic-PUC, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e da diretora de Educação Especial da Secretaria Especial de Educação (SEE) do Ministério da Educação (MEC), mas também dos integrantes da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) que comentam que os “professores estão despreparados e as secretarias de Educação não contratam intérpretes. Os alunos acabam frustrados por não entender nada e desistem” (AUGUSTO *apud* RODRIGUES, s/p, 2010).

A formação do intérprete é considerada um ponto essencial para que a Educação inclusiva possa acontecer. A exigência mínima para a atuação como intérprete na Educação básica, de acordo com a LBI, capítulo IV, no Art. 28, parágrafo segundo, inciso I e II é “possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras”, No Ensino Superior, nos cursos de graduação e pós-graduação, exige-se, do intérprete, nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em

¹ Essa relação diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, que é mediado pelo intérprete. A relação estabelecida entre o intérprete e o aluno vai muito além da relação com a Libras, uma vez que há saberes (conteúdos) que são mediados por esse profissional no processo de ensino-aprendizagem.

Libras” (Brasil, 2015). Percebe-se, assim, que a formação pedagógica desse profissional não é exigida, uma vez que, para ser intérprete no contexto escolar/acadêmico, não é preciso ser habilitado em um curso de licenciatura.

Além dos desafios citados, poderá haver outros mais que ainda não foram identificados. Por isso, é necessário que haja pesquisas que abordem e analisem os mais variados elementos que permeiam e que compõem o processo da educação inclusiva. Com a presente pesquisa, buscou-se evidenciar a importância do intérprete no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo e na efetivação da inclusão.

Esta pesquisa busca respostas para os seguintes questionamentos: que desafios o intérprete de Libras enfrenta na sua atuação no contexto da educação regular? Os desafios destacados pelo intérprete impactam no processo de alfabetização do aluno surdo? Partindo-se dessas perguntas, levantou-se a hipótese de que os desafios enfrentados pelo intérprete de Libras, na sua atuação no contexto da educação regular, impactam diretamente no processo de alfabetização do aluno surdo.

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar quais são os desafios que o tradutor/intérprete de Libras enfrenta no processo de alfabetização do aluno surdo no contexto da Educação básica regular. Os objetivos específicos foram os seguintes: apresentar um breve histórico sobre a alfabetização de surdos no Brasil; apresentar a concepção científica de pessoas com surdez; apresentar práticas que contribuem para a alfabetização de surdos; apresentar a importância do intérprete de Libras para a alfabetização de surdos, destacando-se desafios que esse profissional enfrenta em sua atuação pedagógica na educação básica regular.

Para o desenvolvimento deste estudo, uma pesquisa bibliográfica foi realizada com o intuito de apresentar: a) um breve histórico sobre a alfabetização de surdos no Brasil; apresentar a concepção científica de pessoas com surdez; b) práticas que contribuem para a alfabetização de surdos; c) a importância do intérprete de libras para a alfabetização de surdos, destacando desafios que esse profissional enfrenta em sua atuação pedagógica na Educação básica regular. Além da pesquisa bibliográfica, uma pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de um questionário a intérpretes que acompanham alunos surdos que estão nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE HISTÓRICO

Faz-se necessário conhecer o contexto da alfabetização de surdos no Brasil, destacando as tendências de cada época e os desafios.

Percebe-se que o Brasil teve grande influência da França, pois,

A partir de 1855 é que se tem o marco inicial da Educação dos alunos surdos no Brasil. D. Pedro II, neste ano, traz da França um professor surdo chamado Hernest Huet. Em 26 de setembro de 1857 é fundada no Rio de Janeiro a primeira escola para surdos, o Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Os ensinamentos de Huet fizeram com que a língua

de sinais se difundisse no Brasil (Goldfeld *apud* Kalatai; Streiechen, 2012, p. 3).

No decorrer da história, surgiram algumas abordagens educacionais voltadas para a educação dos surdos. Há “diferentes opiniões que dividem e subdividem as metodologias específicas ao ensino de surdos, em termos de pressupostos básicos, existem três grandes correntes filosóficas: a do Oralismo, a da Comunicação Total e a do Bilinguismo” (Dorziat *apud* Kalatai; Streiechen, 2012, p. 4). Além das correntes citadas, há também a Pedagogia Surda, que foi criada mais recentemente.

Em relação ao Oralismo, o foco principal é o de desenvolver a fala do surdo. Para se tornarem oralizados, os surdos não podiam usar suas mãos, tendo que sentar em suas mãos para não utilizá-las. Se eles não podiam usar as mãos, era impossível que utilizassem a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Além disso, o Oralismo também afetou os profissionais que eram surdos, pois “nesta época, muitos professores surdos que trabalhavam com a língua de sinais foram demitidos e substituídos por profissionais ouvintes” (Kalatai; Streiechen, 2012, p. 5).

Percebe-se que a maneira de ensinar era fortemente afetada pela visão que a sociedade tinha das pessoas com deficiência, pois “enquadra-se no modelo clínico, destacando a importância da integração dos surdos na comunidade de ouvintes. Para que essa integração ocorra, o sujeito surdo deve aprender a falar por meio de reabilitação da fala em direção à “normalidade” exigida pela sociedade” (Goldfeld *apud* Kalatai; Streiechen, 2012, p. 5).

As pessoas com deficiência tiveram uma história marcada pela forma como a sociedade as tratava. O primeiro paradigma que surgiu foi o da instituição onde acontecia a segregação, ou seja, as pessoas deficientes se uniam em um local fora da sociedade.

Figura 1: Imagem mental de segregação



Fonte: Rodrigues; Capellini; Santos, 2014.

Depois surgiu, de acordo com Salete (2001), o paradigma de serviços, que se diferencia do anterior pelo fato de colocar as pessoas com deficiência dentro da sociedade. No entanto, mesmo fazendo parte da sociedade, as pessoas com deficiência não se misturavam com ela. A visão que se tem é a de que a sociedade não precisa mudar, mas sim as pessoas deficientes, uma vez que elas tinham que se tornar o mais “normal” possível. A palavra serviço, que nomeia o paradigma em foco, indica a ideia de que a comunidade ofereceria os recursos e os serviços para que as pessoas deficientes se integrassem à sociedade.

Figura 2: Imagem mental de integração



Fonte: Rodrigues; Capellini; Santos, 2014.

Para que esse serviço acontecesse, as pessoas com deficiência tinham que passar pelas três etapas a seguir.

A primeira, de avaliação, onde uma equipe de profissionais identifica o que, em sua opinião, necessita ser modificado no sujeito ou em sua vida, de forma a torná-lo o mais “normal” possível. A fase seguinte, consequência desta e a ela consequente, chamada de intervenção (ensino, treinamento, capacitação, etc.), onde profissionais passam a oferecer atendimento formal e sistematizado ao sujeito em questão, norteados pelos resultados e decisões tomadas na fase anterior. À medida que os objetivos vão sendo alcançados e a equipe considera que a pessoa se encontra pronta para a vida independente na comunidade, efetiva-se a última fase, constituída do encaminhamento ou re-encaminhamento desta para a vida na comunidade (Salete, 2001, p. 16).

No Oralismo, os surdos podem fazer a leitura labial também. Tenta-se, nessa abordagem, desenvolver a audição, o que com certeza é um desafio enorme, por causa do nível de surdez, que, se for severo, por mais que o docente se empenhe para conseguir desenvolver a audição de seu aluno surdo, não vai ter efeito.

A segunda abordagem de ensino é a Comunicação Total, que permite qualquer forma ou meio para se comunicar, seja oralmente, seja por meio de sinais, seja por mímicas, seja por leitura labial, entre outros. “A Comunicação Total foi uma abordagem educacional que imperou no Brasil, principalmente entre os anos 80 e 90” (SEMESP).

Em comparação com a primeira abordagem, a Comunicação Total apresenta avanço, pois compreende que os gestos e sinais são importantes para ajudar no processo comunicativo. Porém, há pontos negativos também, pois se a pessoa mistura gestos e sinais, como ela vai saber discernir quando que está usando Libras de quando está usando mímica? Pode-se, assim, gerar uma confusão em sua mente. “A Comunicação Total também não surtiu resultados satisfatórios, visto que a sua abordagem defendia o uso simultâneo das duas línguas: a fala e os sinais (bimodalismo) e por serem duas línguas distintas e com estruturas diferentes dificultava a aprendizagem dos alunos” (Kalatai; Streiechen, 2012, p. 7).

A terceira abordagem para alfabetizar a comunidade surda é a bilíngue, abordagem que admite Libras como a primeira língua e o Português como a segunda língua. Nesse modelo, não há a mistura de todos os meios de comunicação. Inicialmente, o aluno aprende a Libras para, em seguida, conhecer a Língua Portuguesa (escrita).

A proposta bilíngüe surgiu a partir das reivindicações dos próprios surdos pelo direito à sua língua e das pesquisas lingüísticas sobre as línguas de sinais. [...] considera a língua de sinais como natural e se baseia no conhecimento dela para o ensino da língua majoritária, preferencialmente na modalidade escrita. [...] Na adoção do bilingüismo deve-se optar pela apresentação simultânea ou sucessiva das duas línguas (língua de sinais e língua da comunidade majoritária) (Guanirello, 2007, p. 45 *apud* Kalatai; Streiechen, 2012, p. 8)

Quando a pessoa perde um dos sentidos, ela tem a tendência de suprir de outra forma, assim, a comunidade surda dá muito valor ao canal gesto visual, tendo mais sensibilidade nessa área. Se a comunidade surda não puder utilizar esse meio de comunicação, ela se encontra na mesma situação de um ouvinte que não pode utilizar sua voz. “No Brasil, a proposta bilíngue ainda é bastante recente, ou seja, já existem algumas propostas em fase de implantação, porém seus resultados ainda não são conhecidos” (Guanirello; Massi; Berberian *apud* Meserlian; Vitaliano 2009, p. 36).

Na prática do bilinguismo, há

[...] o reconhecimento da pessoa surda enquanto cidadã integrante da comunidade surda com o direito de ter assegurada a aquisição da língua de sinais como primeira língua; o uso da língua de sinais na escola para garantir o desenvolvimento cognitivo e o ensino de conhecimentos gerais; o ensino da língua oral-auditiva com estratégias de ensino de segunda língua e a inclusão de pessoas surdas nos quadros funcionais das escolas (Quadros 1997, p. 40 *apud* Meserlian; Vitaliano, 2009, p. 36).

Nota-se que a influência histórica das pessoas com deficiência impacta no surgimento dessa abordagem educacional, pois chega-se ao nível da inclusão, pois não é a comunidade surda que se adapta à sociedade, mas sim a sociedade que dá suporte para que aconteça a inclusão.

Figura 3: Imagem mental de inclusão



Fonte: Rodrigues; Capellini; Santos, 2014.

A regulamentação da Libras ocorreu em 2002, como se vê a seguir.

Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (Brasil *apud* Kalatai; Streiechen, 2012, p. 9).

A última abordagem educacional para ensinar o surdo é a Pedagogia Surda, que é semelhante à do bilinguismo, porém considera que, para um surdo aprender, é necessário ter um professor surdo que o ensine desde a Educação Infantil, valorizando a cultura surda.

É muito importante valorizar a cultura surda, porém há grandes desafios para colocar em prática a Pedagogia Surda, pois “infelizmente, ainda não há professores surdos em número suficiente e preparados para assumirem tais funções, assim como não há professores ouvintes fluentes em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para atuarem como tradutores/intérpretes nas instituições” (Kalatai; Streiechen, 2012, p. 12).

Ao analisar a história dos surdos no Brasil, percebe-se que a comunidade surda passou por muitas mudanças, mudanças que foram realizadas por meio da busca de uma metodologia de ensino que fosse mais adequada para a comunidade surda se desenvolver no sentido amplo. No entanto, percebe-se que ainda há muitos desafios, sendo necessário buscar novas metodologias de ensino que possam otimizar a aprendizagem dos alunos surdos.

2.2 QUEM SÃO OS SURDOS?

Os surdos são pessoas que foram diagnosticadas com algum nível de surdez, podendo ser leve, moderado, severo ou profundo, e que participam da comunidade surda utilizando a Libras para se comunicarem. “Surdo ou pessoas com surdez: comunicam-se através de Libras, nasceram surdos ou perderam a audição antes dos três anos de idade, sem terem adquirido o código verbal” (Souza, s/d).

O que diferencia uma pessoa surda de uma pessoa que tem deficiência auditiva é a utilização da Língua de Sinais para dialogar. Com o auxílio das tecnologias disponíveis para melhorar a qualidade da audição da pessoa com deficiência auditiva, como o Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), o Implante Coclear (IC), o Implante de Condução Ósea (ICCO) e, por fim, o Sistema de Frequência Modulada (FM), a pessoa com essa deficiência consegue ouvir, vivendo normalmente como ouvinte.

É essencial que o educador fique atento aos sinais de surdez que o educando está demonstrando, pois a identificação é o primeiro passo para saber as devidas providências que devem ser realizadas para que o aprendizado não seja prejudicado. No quadro a seguir, há os níveis de surdez e seus respectivos sinais básicos.

Quadro 01: Classificação de grau de perda auditiva

Média Tonal	Denominação	O que consegue ouvir sem amplificação
≤ 15 dBNA	Audição normal	Todos os sons da fala.
16 - 25 dBNA	Perda auditiva discreta ou mínima	As vogais são ouvidas claramente. Pode apresentar discreta dificuldade com as consoantes surdas.
26 - 40 dBNA	Perda auditiva de grau leve	Ouve somente alguns dos sons da fala; os fonemas sonoros mais fortes.
41 - 65 dBNA	Perda auditiva de grau moderado	Perde a maior parte dos sons da fala em um nível de conversação normal.
66 - 95 dBNA	Perda auditiva de grau severo	Não ouve os sons da fala de uma conversação normal.
≥ 96 dBNA	Perda auditiva de grau profundo	Não ouve a fala ou outros sons.

Fonte: Northern; Downs, 1984 *apud* Tsuji, *online*.

Vale ressaltar que nem todo surdo é mudo. A surdez é um tipo de deficiência auditiva que nem sempre vem acompanhada com outros tipos de deficiência, ou seja, não é um tipo de deficiência múltipla.

2.3 PRÁTICAS QUE CONTRIBUEM PARA ALFABETIZAÇÃO DE SURDOS

Quando um docente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem a informação de que há, entre os alunos, um discente surdo, logo vem a dúvida: “E agora, como vou alfabetizar?”. Esse questionamento é muito pertinente, uma vez que, desde o início da formação acadêmica, aprende-se que, para alfabetizar, existem vários métodos, sendo o método fônico, método que enfatiza os sons de cada letra do alfabeto, das sílabas, das palavras, evidenciando suas diferenças e semelhanças por meio de rimas e de aliterações, por exemplo, um dos mais utilizados.

Mesmo sabendo dessa técnica de ensino e aplicando-a com diferentes discentes, alfabetizar não é uma tarefa fácil, pois ninguém é igual a ninguém, uma vez que cada pessoa tem suas especificidades e aprende em um ritmo e de maneiras diferentes das demais. Um dos fatores que comprovam o desafio de alfabetizar é a existência de muitas pessoas analfabetas.

O Brasil possui um elevado número de pessoas com idade acima de 15 anos que não sabem ler e escrever. Utilizando dados (IBGE, 2015) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que em 2015 cerca de 8% da população seja analfabeta (12,9 milhões de pessoas). Esse índice de analfabetismo varia bastante conforme a região geográfica, indo de 16,2% no Nordeste para cerca de 4% no Sudeste e no Sul, e também por idade, com uma taxa de 0,8% entre jovens de 15 a 19 anos e de 22,3% entre pessoas com 60 anos ou mais. Também há diferença significativa entre brancos (5% de analfabetos) e pretos (11,2%) (Braga; Mazzeu, 2017, p. 2).

Se para os ouvintes a alfabetização é uma questão desafiadora, imagina para os surdos? Como já foi dito na temática anterior, no decorrer da história, houve preocupação com essa questão e as formas de ensino para os estudantes surdos foram sendo alteradas – o que é de grande relevância, pois “[...] entre os 5,7 milhões de brasileiros com algum grau de deficiência auditiva, um pouco menos de 170 mil se declaram surdos” (IBGE, 2010).

Atualmente, o método mais utilizado para alfabetizar estudantes surdos é o bilinguismo, e não é por acaso que esse tipo de método foi escolhido:

De acordo com o Programa de Avaliação Nacional do Desenvolvimento Escolar do Surdo Brasileiro (Pandesb), aqueles que aprendem Libras têm mais facilidade para ler e escrever em português. Essa prova avaliou competências como compreensão de textos e sinais, além da qualidade de escrita de mais de 9 mil estudantes surdos em 15 estados (HEXAG, 2021, s/p).

Há vários fatores que, por afetarem o processo de ensino-aprendizagem do discente surdo, devem ser observados: o ambiente, os materiais utilizados, quais profissionais serão necessários para atender às demandas e à valorização da cultura do aluno, entre outros.

O acolhimento é o primeiro ponto a ser destacado no ambiente escolar. O professor deve conhecer o aluno surdo, e o aluno surdo, por intermédio do intérprete, deve conhecer o professor. É preciso haver também uma interação entre todos os alunos para melhor se conhecerem e para construir um ambiente agradável e acolhedor. A adaptação do aluno surdo ao ambiente é muito importante, assim como a do intérprete.

O espaço físico da escola tem o poder de promover ou dificultar esse processo de aprendizado, pois, se o espaço psíquico pode ser considerado, simbolicamente, como uma casa, essa casa, por sua vez, irá falar um pouco sobre o proprietário. Quando não se está em equilíbrio, normalmente acumula objetos que nunca mais serão usados, deixa os cômodos bagunçados, os conflitos externos são exteriorizados. E ao se modificar essas coisas, há transformação externa e interna, pois, criar um espaço de harmonia reflete em várias áreas da vida (Melo, 2019, p. 17).

Para o surdo, a forma como o ambiente é organizado pode impactar no processo de ensino-aprendizagem. Dessa maneira, o lugar onde o surdo deve se sentar tem que ser pensado com antecedência, pois, além de ter que visualizar o que está sendo escrito no quadro, é necessário que consiga ver o intérprete de Libras para compreender o que está sendo dito. Consequentemente, o lugar em que o intérprete deve interpretar/traduzir também deve estar preparado.

Outro ponto essencial no acolhimento do aluno surdo está relacionado aos materiais que serão utilizados. Pedagogicamente, os materiais podem ser utilizados com o objetivo de promover o desenvolvimento integral dos alunos. O material de apoio que utiliza é alterado conforme o objetivo de aprendizagem, pelo fato de cada situação de

aula exigir um material diferente e de cada profissional precisar “explorar sua própria iniciativa, criatividade e habilidades para “inventar” o recurso adequado à sua realidade naquele determinado momento” (Quadros; Schmiedt, 2006, p. 98). As imagens, que já são muito utilizadas no processo de alfabetização convencional, devem ser ainda mais exploradas no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo, uma vez que elas contribuem diretamente para a contextualização do conteúdo a ser trabalhado. Porém, diferentemente dos ouvintes, será necessário incluir os desenhos dos sinais da língua dos surdos. Quadros e Schmiedt (2006) citam algumas ideias de materiais que já usam com os alunos surdos, entre eles, fichário, dicionário Libras/Português, dicionário configuração de mãos/Português, caixa de gravuras, caixa de verbos, caixa de alfabeto Libras e Português, caixa com histórias em sequência, calendários, cartaz de aniversário, mural Libras/Português, biblioteca da turminha ou canto da leitura.

Além disso, o docente tem que valorizar as vivências dos educandos. Assim, é preciso que o docente conheça quais são os interesses dos alunos para saber como elaborar os planos de aula. Essa valorização das vivências deve ocorrer da mesma forma com o aluno surdo, ou seja, é preciso conhecer os interesses e gostos desse aluno. Para despertar o gosto do aluno surdo pela leitura, por exemplo, é interessante que, de início, a escolha dos livros possibilite uma aproximação da realidade do surdo. As produções da autora Lak Lobato, que tem deficiência auditiva, como *Almanaque da Lalá*, *Lalá é assim: diferente igual a mim* e *E não é que eu ouvi?* podem ser sugeridas.

Figura 4- Livros infantil de Lobato



Fonte: <https://desculpenaouvi.com.br/livros/>

Além desses recursos, há também as Tecnologias Assistivas da Educação, que são outros recursos didáticos essenciais. A Lei n. 13. 146, no capítulo III, artigo 74º, confirma que é “garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de Tecnologia Assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida” (Brasil, 2015).

Há ferramentas que podem ser utilizadas no cotidiano do surdo: App ChatterBaby, que ajuda a identificar o choro do bebê; o aplicativo Hand Talk, que traduz Português para Libras. Além desses aplicativos, há também despertadores que, ao invés de tocarem sons altos, vibram para despertar o surdo na hora programada, como o despertador vibratório alto para adultos surdos que dormem; aparelhos auditivos; notificações por flashes e luzes e os intérpretes e tradutores de Línguas de Sinais.

2.4 PROFISSIONAIS NECESSÁRIOS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS E SEUS DESAFIOS

Um estudante surdo que participa da comunidade surda utiliza Libras para conversar, e esse diálogo é muito importante, pois os seres humanos precisam desse diálogo, assim “é por meio da linguagem que o homem estrutura seu pensamento e se comunica com as pessoas, utilizando-a em dois processos: o verbal e o não verbal” (Brasil, 2006 *apud* Cabral; Córdula, 2017, s/p). Dessa forma, se houver um aluno surdo na escola que utiliza a Libras para se comunicar, é essencial que haja um intérprete que acompanhe esse aluno no processo de ensino-aprendizagem. A Lei n. 13.146/2015, no artigo 28, garante a “formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio” (Brasil, 2015). Considerando-se o que é garantido pela lei, uma pergunta que pode surgir é a seguinte: “O professor regente da turma não pode aprender Libras também?” Não só pode como deve. É necessário ter no mínimo uma base durante sua formação. “A formação de educadores deve ser uma das prioridades para que haja mais profissionais capacitados que possam levar a linguagem de sinais para o dia a dia” (HEXAG, 2021).

No ensino regular, no entanto, o docente tem que lecionar para os ouvintes e não é possível ficar interpretando tudo o que diz em língua de sinais; além de ser extremamente cansativo, nem todo professor(a) tem o conhecimento aprofundado que o intérprete tem. O intérprete de Libras tem conhecimentos importantes da língua de sinais, como o conhecimento dos 5 parâmetros das Libras que são os movimentos, configuração de mão, expressão não manuais, ponto de articulação e direcionalidade. O conhecimento desses 5 parâmetros exige habilidade para conseguir colocar na prática e adquirir proficiência em Libras. A Lei n. 12. 319/2010 assegura, no artigo 2º, que o tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

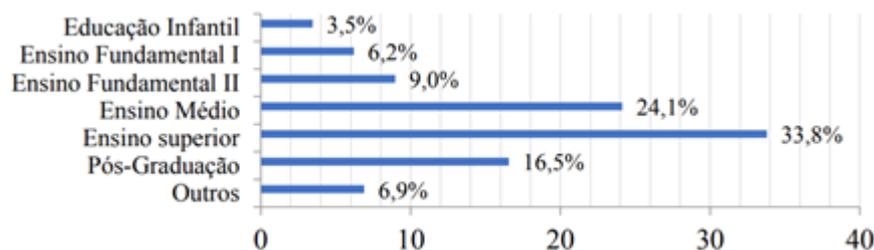
A oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um grande avanço e contribui positivamente para o processo de aprendizagem, porém não é o suficiente para atender às demandas, pois “nos casos em que ocorre o Atendimento Educacional Especializado, geralmente ele se dá no contraturno e em poucos dias por semana. Esse tempo reduzido é insuficiente para que o estudante aprenda a linguagem de sinais como seu primeiro idioma” (HEXAG, 2021). Sendo assim, conclui-se que é necessário haver um profissional, que atualmente é chamado de intérprete de Libras, que tenha domínio desse tipo de linguagem e que valorize a cultura surda, não só no contraturno, mas também na sala de aula regular.

Há que se levar em consideração também a formação do intérprete de Libras. Para o Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) atuar, é preciso ter proficiência em Libras. Para alcançar esse nível, é necessária uma formação que o capacite com os conhecimentos necessários dessa Língua, “através do curso de Letras LIBRAS e a certificação pelo Prolibras, além de aperfeiçoamento por meio dos cursos para contribuir com sua atuação técnica” (Girke, 2018, p. 12). Observa-se que, para atuar nessa área, não

é obrigatório ser formado em Pedagogia para se tornar um Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais (TILS) e que existem várias áreas e contextos para atuar, como área educacional, contextos artísticos e culturais, jurídicos, de conferência, de lazer, de turismo, de saúde, empresariais, sociais diversos.

De acordo com César (2020, p. 62), o maior nível de atuação do TILS é na área educacional, em específico no Ensino Superior.

Gráfico 01: Níveis de atuação



Fonte: César, 2020.

Pelo fato de a maior parte do tempo de atuação desse profissional acontecer no ambiente educacional, há a necessidade de um conhecimento não só da Língua de Sinais, como também do conhecimento pedagógico. Em relação à formação do TILS, conforme Antônio, Kelman e Mota (2020), a maioria é formada em Pedagogia, podendo ser do Nível Médio, também chamado de Magistério, ou do Nível Superior, que é o Curso de Pedagogia.

A questão salarial é um ponto que precisa ser mencionado. Mesmo com toda a dedicação e investimento para aprender a Libras, o salário do intérprete não é atrativo. O intérprete ganha menos que outros profissionais que atuam no contexto de ensino-aprendizagem. A seguir, há os valores individuais sugeridos pelo Sindicato Nacional dos Tradutores (SINTRA) e pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais. (FEBRAPILS)

Quadro 2: Valores sugeridos pelo SINTRA e FEBRAPILS

Contexto conferências	Valores individuais sugeridos	
	SINTRA	Febrapils
Línguas Orais		
Inglês	6 horas indivisíveis – R\$1.870,00 1 hora – R\$2.314,00	Não há referência para essa modalidade
Espanhol		
Francês		
Italiano		
Libras	6 horas indivisíveis – R\$1.161,60 1 hora – R\$1.452,00	6 horas indivisíveis – R\$364,00 1 hora – R\$144,00
Intérprete Educacional Libras/Língua Portuguesa	Não há referência para essa modalidade	20h/semana em regime CLT R\$ 2.016,00 – EBT R\$ 2.630,40 – STE R\$ 3.360,00 – MD

Fonte: Cristina; Maria, 2021

Essa situação evidencia que a falta de interesse pela área da docência, de forma geral, e mais especificamente pela docência por meio da Libras, está relacionada à falta de valorização desse profissional.

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta investigação, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo foram utilizadas.

A pesquisa bibliográfica teve o propósito de fundamentar as considerações em relação à alfabetização de surdos no Brasil e aos desafios enfrentados pelo intérprete de Libras no contexto da Educação Básica regular que impactam no processo de alfabetização do aluno surdo. Vários autores, assim como leis e documentos, foram analisados e contribuíram para a elaboração do referencial teórico do estudo.

A pesquisa de campo, por sua vez, teve o objetivo de identificar quais são os desafios enfrentados por intérpretes de Libras na sua atuação pedagógica no contexto da educação regular de Patos de Minas e, assim, averiguar se os desafios destacados impactam no processo de alfabetização do aluno surdo. Primeiramente, foi feito um levantamento do número de intérpretes de Libras em Patos de Minas e, em seguida, a identificação da quantidade desses profissionais que atuam no contexto escolar regular da cidade citada. Um levantamento do número de alunos surdos que estão matriculados nas escolas públicas de Patos de Minas também foi feito, assim como o número desses alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

De acordo com as informações coletadas na Secretaria Municipal de Educação/SEMED e na Superintendência Regional do Ensino/SER, há, na rede municipal, 06 alunos surdos matriculados e, na rede estadual, 06 alunos matriculados. Em relação aos intérpretes na rede municipal, há 05 intérpretes que acompanham os alunos surdos e 01 aluno atendido por professor apoio. Na rede estadual, há 05 alunos que são atendidos por intérpretes e 01 aluno está em processo de aquisição da língua de sinais. Em relação à quantidade de intérpretes em Patos de Minas, há, em média, 10 intérpretes na cidade.

Depois dessa etapa, um questionário foi elaborado e enviado aos intérpretes de Libras que estavam acompanhando alunos surdos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental². O questionário teve o intuito de identificar quais são os desafios enfrentados pelo intérprete de Libras no contexto da educação básica regular de Patos de Minas e de averiguar o impacto desses desafios no processo de alfabetização do aluno surdo. As respostas presentes no questionário foram analisadas por meio de uma abordagem qualitativa, ou seja, abordagem que foca na análise e na interpretação dos dados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Três Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) que trabalham em escolas públicas municipais e estaduais de Patos de Minas participaram da pesquisa de campo. Os participantes responderam a um questionário que tinha como objetivo

² Após assinatura da Declaração das Instituições Coparticipantes da pesquisa, feita pela direção das instituições, e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, feita pelos intérpretes, o questionário foi enviado para o e-mail dos intérpretes participantes por meio de um *link*.

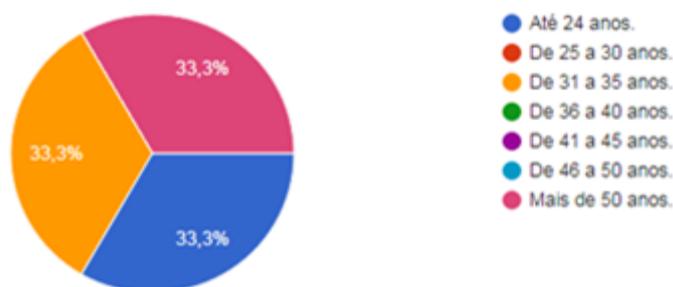
principal identificar os desafios do intérprete da Língua Brasileira de Sinais/LIBRAS no processo de alfabetização do aluno surdo no contexto da Educação básica regular.

O questionário foi armazenado na ferramenta livre de aplicação de questionários *on-line Google Forms* cujo *link* para o preenchimento foi disponibilizado no *e-mail* dos participantes. A participação na pesquisa foi voluntária e o anonimato e sigilo das respostas foram garantidos, respeitando desse modo os pressupostos éticos.

Observa-se, por meio da análise das respostas, que os 03 tradutores e intérpretes são do sexo feminino; são formados pelo CAS; exercem outra atividade profissional além de intérprete; estão satisfeitos em relação à profissão de intérprete; avaliam o estudante surdo de forma diferente da do estudante ouvinte; e afirmam que como Tradutor/Intérprete de LIBRAS enfrentam desafios no processo de alfabetização do aluno surdo.

Cada intérprete está em uma faixa etária diferente, o que indica que vivenciaram épocas diferentes, tornando assim a pesquisa mais rica.

Gráfico 02: Faixa etária



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Em relação à formação, a primeira participante, além da Comissão de Assuntos Sociais/CAS, fez o curso Normal Superior para docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, uma pós-graduação em Educação Especial Inclusiva e outra em Libras, PROLIBRAS para Instrutora da Língua de Sinais Brasileiras. Atua como intérprete no contexto da Educação Básica regular há 18 anos e exerce a atividade como professora de anos iniciais na rede estadual.

A segunda é formada em Licenciatura com habilitação em Libras. Atua como intérprete no contexto da Educação Básica regular há 1 ano. Não informou qual atividade profissional exerce além de intérprete.

A terceira é formada em Pedagogia e em Letras LIBRAS e afirma que essa formação trouxe conhecimento e entendimento para melhor trabalhar com o aluno surdo. Atua como intérprete no contexto da Educação Básica regular há 9 anos e exerce a atividade de professora.

É notória a importância do TILS, ser formado em pedagogia, pois a maioria das pessoas que estão atuando nessa área há muitos anos tem essa formação, pela necessidade que surge no decorrer da carreira profissional. Veja a confirmação a seguir.

Tabela 01: A importância de ter formação acadêmica pedagógica.

<i>Participantes</i>	<i>A importância de ter formação acadêmica pedagógica.</i>
<i>Primeira</i>	O profissional Tradutor/Intérprete de Libras que trabalha na Educação Infantil e Anos Iniciais preferencialmente deve ter uma formação acadêmica na área da Pedagogia para que possa contribuir de forma mais eficiente no processo de alfabetização do surdo.
<i>Segunda</i>	O intérprete em alguns contextos precisa ir além da tradução e passar algum conhecimento que o surdo não adquiriu durante a vida.
<i>Terceira</i>	Primordial, pois só a partir da formação o profissional consegue utilizar melhores estratégias, adaptar e desenvolver habilidades para estimular a aprendizagem do aluno surdo.

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Em relação aos desafios que enfrentam no processo de alfabetização do aluno surdo, a primeira relata que o intérprete não trabalha somente com a tradução e interpretação, uma vez que ele, por estar intimamente ligado ao processo de ensino-aprendizagem, faz a mediação comunicativa, bem como algumas intervenções nas atividades escritas. A segunda descreve que o principal desafio é a falta de conhecimento dos professores com o planejamento para ministrar aula em uma turma com surdo. A terceira, por sua vez, conclui que os desafios estão relacionados ao fato de a alfabetização ocorrer predominantemente com o foco no método fônico, à falta de materiais e de recursos de qualidade e à responsabilização exclusiva do intérprete quanto à alfabetização do aluno surdo.

Tanto o docente quanto o TILS são responsáveis para que o estudante consiga progredir bem nos estudos. Se ambos não se esforçarem buscando conhecimento ou se não assumirem a sua responsabilidade profissional, o processo de ensino-aprendizagem pode ser prejudicado.

Para verificar se o estudante está aprendendo, as participantes relataram que utilizam avaliações que são elaboradas a partir dos conhecimentos prévios do aluno. As avaliações para um estudante surdo devem respeitar as individualidades de cada estudante e devem ser realizadas levando em consideração o objetivo de aprendizagem. Neste sentido, a tabela a seguir, elaborada a partir das respostas das participantes, enfatiza as diferenças que devem ser levadas em consideração para avaliar um surdo.

Tabela 02: Como avaliar um surdo?

<i>Participantes</i>	<i>Como avaliar um surdo?</i>
<i>Primeira</i>	Como foi citado na questão 14, depende do conhecimento do aluno surdo da segunda língua (português escrito) e sua fluência em LIBRAS.
<i>Segunda</i>	Analisamos principalmente a bagagem de conhecimentos que o aluno tem. Levamos em conta também que a cultura surda é diferente da ouvinte.
<i>Terceira</i>	Pode ser por vídeo, desenho, imagens, oralização e interpretação da fala do aluno.

Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 03: Formas de um estudante surdo responder as avaliações



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Como já foi relatado, os materiais e o local afetam diretamente o processo de ensino-aprendizagem; até mesmo que é pelo campo gesto-visual que se comunicam, se um ouvinte não estiver olhando para o docente ainda há possibilidade de estar pelo menos escutando o conteúdo. Mas se o surdo não estiver olhando, o prejuízo é maior, pois não estará absorvendo nada do conteúdo. Os resultados sobre o local onde o estudante surdo senta para assistir às aulas.

Tabela 03: Local onde o estudante surdo senta

Participantes	Em qual local o estudante surdo senta para assistir às aulas?
Primeira	Quando se trata de surdos dos anos iniciais, eu particularmente, ajudo na escolha do local fazendo-o entender que deve se sentar num local onde consegue visualizar a sala toda e o professor. Prefiro que eles fiquem próximos à parede. Como os alunos estão em uma escola regular nem sempre é possível para o professor colocar diariamente os alunos em círculos havendo momentos em que ficam posicionados em fileiras para atender a estratégia da professora em relação aos ouvintes. Por isso a fila da parede e mais a frente, atende melhor o surdo. Esse é o modelo de sala de aula do ensino regular. Se fosse uma Escola Bilíngue seria completamente diferente.
Segunda	O local é estratégico para o aluno e o intérprete, mas sem local predeterminado.
Terceira	Na primeira carteira perto da porta ou janela. Como o aluno surdo é muito visual, se ele sentar no fundo da sala pode atrapalhar seu rendimento, desviando sua atenção em tudo na sala, e também se o intérprete acompanhar o aluno nas filas centrais pode atrapalhar a visão dos outros alunos para copiar o quadro.

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Para a inclusão e a integração do aluno surdo no contexto da sala de aula regular, é preciso que haja uma organização específica e planejada, uma adaptação dos

processos de ensino-aprendizagem e uma colaboração dos profissionais envolvidos nesses processos, o que evidencia a importância da formação adequada do intérprete de Libras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, o estudante surdo, em específico, tem o direito de acessar a educação inclusiva, sendo a formação do intérprete considerada um ponto essencial para que esse tipo de educação possa acontecer de fato. Levando em consideração o percurso desenvolvido para a elaboração desta pesquisa – apresentação de um breve histórico sobre a alfabetização de surdos no Brasil; apresentação da concepção científica de pessoas com surdez; apresentação de práticas que contribuem para a alfabetização de surdos; apresentação da importância do intérprete de Libras para a alfabetização de surdos; aplicação de questionário aos participantes da pesquisa – percebe-se, pela existência dos vários desafios enfrentados pelo intérprete de Libras no processo de alfabetização do aluno surdo no contexto da educação básica regular, que, para a educação inclusiva ocorrer de forma efetiva, é preciso mais investimento, mais integração dos profissionais e mais incentivo à formação na área.

A comunidade surda passou por muitas mudanças em busca de uma metodologia de ensino mais adequada, mas novas metodologias de ensino que possam otimizar a aprendizagem desses alunos ainda são necessárias.

É essencial que o educador fique atento aos sinais de surdez que o educando está demonstrando para saber as devidas providências a serem tomadas. Há vários fatores que, por afetarem o processo de ensino-aprendizagem do discente surdo, devem ser observados, entre eles, o ambiente, os materiais utilizados, os profissionais necessários para atender às demandas e a valorização da cultura do aluno.

É notória a importância do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) para que a aprendizagem possa ocorrer, pois a Libras é uma das formas pela qual o surdo se comunica, sendo “reconhecida como meio legal de comunicação e expressão” (Brasil, 2002). Para que essa comunicação aconteça no contexto escolar, é necessário que haja profissionais capacitados nessa área.

O Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) encara múltiplos entraves no processo de alfabetização nas escolas da rede básica, entre eles a falta de materiais e recursos de qualidade, o fato de a alfabetização ocorrer predominantemente por meio do método fônico, a necessidade de um preparo prévio do ambiente, a não valorização da Libras e a falta de responsabilidade de certos profissionais. Os desafios destacados impactam diretamente no processo de alfabetização do aluno surdo.

É essencial desenvolver pesquisas que abordem as experiências vividas pelos intérpretes de Libras no contexto da Educação Básica regular e que façam circular, por meio de publicações, os desafios enfrentados por esses profissionais, que são tão importantes para a efetivação da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, L. C. de O.; KELMAN, C. A.; MOTA, P. R. Convergências e divergências do perfil do TILSP na educação básica e superior. **Linhas Críticas**, 26, e26434. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v26.2020.26434>.
- BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. C. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **RPGE – Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. 1, p. 24-46, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9>.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 24 de abril de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm.
- BRASIL. Conselho Estadual de Educação. Resolução n. 12. 319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da Presidência República Casa Civil**, Brasília, 1º de setembro de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm.
- BRASIL. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 13. 146, de 06 de julho de 2015**. Dispõe sobre Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da Presidência República**, Secretaria – Geral, Brasília, 6 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.
- CABRAL, R. M.; CÓRDULA, E. B. L. Os desafios no processo de alfabetização de surdos. **Educação Pública**, [Rio de Janeiro], v. 17, n. 5, mar. 2017. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/5/os-desafios-no-processo-de-alfabetizacao-de-surdos>.
- CÉSAR, Johnny dos Santos. **Interpretação individual e em equipe**: análise de perfil de tradutores e intérpretes de língua de sinais e uma proposta de estudo experimental. Mariana – MG, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/13044/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_I nterpreta%c3%a7%c3%a3oIndividualEquipe.pdf.

CRISTINA, Thaisa; MARIA, Regina de Souza. Precarização do trabalho do tradutor e intérprete de Libras educacional: impactos no ensino e saúde. **Educ. Puc.**, vol. 26, Campinas, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a5361>.
GIRKE, Augusto César. **Atuação e papéis do intérprete educacional de Língua de Sinais**. Florianópolis/SC, p. 12, 2018. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193231/Atua%C3%A7%C3%A3o%20e%20pap%C3%A9is%20do%20int%C3%A9rprete%20educacional%20de%20L%C3%ADngua%20de%20Sinais.%20Cesar%20Augusto%20Girke.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Para%20isto%2C%20faz%2Dse%20necess%C3%A1rio,contribuir%20com%20sua%20atua%C3%A7%C3%A3o%20t%C3%A9cnica>.

HEXAG. **Como é a alfabetização dos surdos no Brasil?** 2021. Disponível em:
<https://cursinhoparamedicina.com.br/blog/atualidades/como-e-a-alfabetizacao-de-surdos-no-brasil/>.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Número de surdos brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:
<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=438&t=ibge-corde-abrem-encontro-internacional-estatisticas-sobre-pessoas-deficiencia&view=noticia>.

KALATAI, P.; STREIECHEN, E. M. As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PEDAGOGIA – UNICENTRO. **Anais [...]**, Paraná, 2012. Disponível em: <https://anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiv3n1/120.pdf>.

LOBATO, Lak. **Desculpe, não ouvi**. 2023. Disponível em:
<https://desculpenaoouvi.com.br/livros/>.

MELO, D. K. S. B. **O ambiente escolar é pensado para promover experiência estética; acolhimento e o despertar do pertencimento no aluno?** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/38114>.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf.

RODRIGUES, Cinthia. **A falta que os intérpretes fazem na inclusão de alunos surdos**. **Nova Escola**. 2010. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1612/a-falta-que-os-interpretes-fazem-na-inclusao-de-alunos-surdos>

RODRIGUES, O. M. P. R.; CAPELLINI, V. L. M. F.; SANTOS, D. A. N. **Fundamentos históricos e conceituais da Educação Especial e inclusiva: reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade**. São Paulo: UNESP, 2014. Disponível em:
<https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155246>.

SALETE, Maria Fábio Aranha. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. 2001. Disponível em: <https://claudialopes.psc.br/wp-content/uploads/2021/08/Paradigmas.pdf>.

SEMESP. **Atendimento educacional especializado**: alfabetização com abordagem fônica para estudantes com deficiência auditiva e surdos oralizados. [s/d]. Disponível em:
<https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/semesp/curso/15166/informacoes>.

SOUZA, Fabyana. **Educação para todos sob a ótica da inclusão escolar**: exigências e diretrizes. [s/d]. Disponível em:
<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/fabiana-souza-araujoeducacao-para-todos-sob-otica-inclusao-escolar-exigencias-diretrizes.htm>.

TSUJI, R. K. Graus de perda auditiva. **Portal Otorrino**, São Paulo. [s/d]. Disponível em:
<http://portalotorrinolaringologia.com.br/SURDEZ-graus.php>.

MESERLIAN, Kátia Tavares; VITALIANO, Célia Regina. **Análise sobre a trajetória histórica da educação dos surdos**. 2009. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/wp-content/uploads/Analise-sobre-a-trajetoria-historica-da-educacao-dos-surdos.pdf>.